



Turismo Favorecendo a Biodiversidade

*Um manual para a aplicação das Diretrizes da
Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) para a
Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo*

Resumo Técnico

Para mais informações:
comunicacao@semeia.org.br

Novembro
2015

Porque o Semeia escolheu este material?

Este ano a Convenção sobre Diversidade Biológica publicou um manual para a aplicação de suas Diretrizes para a biodiversidade e o desenvolvimento do turismo. Para torná-lo acessível à comunidade brasileira e a demais comunidades de língua portuguesa, o Semeia traduziu seu conteúdo na íntegra e, por meio deste documento, apresenta as principais ideias desenvolvidas e apresentadas pela CDB no Manual.

Encorajamos todos os leitores a consultarem o documento completo^{i} disponível em português no website do Semeia (www.semeia.org.br/publicacoes) e em inglês no website da CDB (<https://www.cbd.int>).*

Apoiando a Biodiversidade e o Turismo

Em 2010, durante a realização da Convenção das Partes, a COP 10, em Nagoya, província de Aichi, no Japão, foi estabelecido um Plano Estratégico para Biodiversidade para o período de 2011 a 2020. O documento, que ficou conhecido como “Metas de Aichi”, propôs aos países o compromisso de implantar cinco objetivos estratégicos e suas respectivas metas (20 no total), que os levassem a adotar rumos orientados à conservação da biodiversidade.

O Manual da CDB, além de reiterar a aplicação de tais metas, reforça a importância do turismo sustentável como um meio essencial para alcançá-las. Sobretudo pelo fato de que porções significativas da biodiversidade do planeta estão em países em desenvolvimento, o que torna fundamental para essas economias a criação de oportunidades para geração de emprego e renda concomitantemente à conservação da natureza.

O material fornece informações para planejadores, empreendedores, gestores e tomadores de decisão envolvidos com o desenvolvimento do turismo e com a gestão de recursos em áreas de biodiversidade suscetível. Sua finalidade é ajudar esses atores a integrar o desenvolvimento do turismo sustentável com os serviços ecossistêmicos e os cuidados com a biodiversidade. “

Ampliando benefícios a partir da conservação

Como orientações-chave para implantação de modelos que incentivem a valorização da biodiversidade e o setor de turismo relacionado, a CDB propõe elaboração de estratégias e políticas que levem em conta as necessidades de conservação da biodiversidade e ações de monitoramento e avaliação após sua implementação para, assim, garantir o menor impacto ambiental possível.

Em ambos os caminhos o Manual enfatiza a importância do engajamento dos diversos atores relacionados à temática.

Potencial do mercado

O turismo responde por 9% do PIB mundial, 6% das exportações e contribui, direta ou indiretamente, para a geração de um em cada onze empregos. Além disso, é um mercado em rápida expansão. A OMT (Organização Mundial do Turismo) prevê que até 2030 as viagens internacionais crescerão em média 3,3% ao ano.

Outra informação que se destaca é o aumento do interesse de turistas por viagens para observação da vida selvagem e experiências junto à natureza.

Em fevereiro deste ano um estudo publicado pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza, em português) apresentou dados sobre o turismo em áreas protegidas: 8 bilhões de visitas por ano e 600 bilhões de dólares em gastos diretos.

Contudo, de acordo com a CDB, é preciso um esforço maior para se alcançar as metas de Aichi, sendo a melhora na qualidade das informações globais sobre a visitação em áreas protegidas uma parte importante desse esforço. Tal desafio já havia sido detectado pelas organizações e governos desde a COP12.

A Convenção defende que obter dados locais satisfatórios, em conjunto com informações globais, é fundamental para bons planejamentos envolvendo turismo e biodiversidade. Para tanto, as Diretrizes advogam também por uma "abordagem ecossistêmica", ou seja, envolvendo a gestão integrada da terra, da água e dos recursos vivos, e promovendo a conservação e o uso equitativo de um modo sustentável.

Turismo e Biodiversidade

A relação entre turismo e biodiversidade é simbiótica, podendo se desenvolver positiva ou negativamente. Por exemplo, quando a biodiversidade é fator adicional de atração à visitação, pode ocasionar maior pressão dos visitantes. Por outro lado, se a biodiversidade contribui para atrair a visitação ao mesmo tempo em que esse fluxo de visitas é conduzido a cooperar para conservá-la, verifica-se um relacionamento benéfico.

As principais dimensões da relação entre turismo e biodiversidade são mostradas a seguir.

Relações Negativas:

- 1 – Operações e atividades que provoquem perda de biodiversidade e pressão sobre os habitats;
- 2 – Ameaça às espécies específicas causadas por introdução de uma espécie exótica, pela realização de alguma atividade de recreação, produção de certo tipo de comida, souvenirs ou outros produtos;
- 3 – Mudanças antrópicas para o desenvolvimento da infraestrutura de turismo;
- 4 – Turismo afetando negativamente as condições ambientais: poluindo águas, gerando resíduos sem destinação correta, emitindo gases de efeito estufa;
- 5 – Redução do fluxo turístico por conta de perda de biodiversidade ou degradação ambiental.

Relações Positivas:

- 1 – Políticas públicas e econômicas reconhecendo o turismo como suporte à atração de capital e cooperação para a manutenção da biodiversidade;
- 2 – Desenvolvimento do turismo como fonte de receita e apoio para a conservação;
- 3 – Fornecimento de incentivos às comunidades para colaborarem com a redução de ameaças e manutenção ou aumento da vida selvagem e da biodiversidade por meio de receitas geradas pelo turismo;
- 4 – Uso do turismo para promoção da educação e da conscientização a respeito da conservação e dos problemas a serem enfrentados com relação à biodiversidade;
- 5 – Atividade turística como alternativa de subsistência e de preservação cultural das comunidades locais, ao mesmo tempo em que fortalece a consciência sobre a importância da conservação dos recursos naturais.

A CDB orienta que a compreensão acerca dessas relações aconteça previamente à coleta de dados, análise e gestão de processos empregados para seguir as Diretrizes e como referência para o planejamento de ações.

Em paralelo, o Manual ressalta a necessidade de uma abordagem participativa coordenada com os diversos atores interessados que possam influenciar de alguma forma a relação entre turismo e biodiversidade.

O reconhecimento da importância da biodiversidade como uma atração aos visitantes deve nortear políticas nacionais, observando-se princípios de desenvolvimento sustentável do setor turístico.

No mesmo sentido, a CDB apoia que as políticas para meio ambiente e recursos naturais reconheçam os impactos positivos e negativos do turismo na biodiversidade, especialmente na elaboração das Estratégias Nacionais de Biodiversidade e de Planos de Ação. Para isso, aponta o diálogo e a integração de políticas coordenadas em todos os níveis governamentais.

.....

Um exemplo pioneiro de turismo para biodiversidade

A Inkaterra é uma empresa peruana de ecoturismo que trabalha há quase 40 anos com turismo sustentável. A companhia possui e opera cinco hotéis, entre eles um na Reserva Natural de Machu Picchu e outro na Floresta Amazônica, em Puerto Maldonado.

A cada ano, mais de 65.000 turistas são atendidos pela empresa, cuja atuação vai além de proporcionar vivências autênticas da natureza aos visitantes.

Em uma abordagem holística, a Inkaterra realiza pesquisas científicas para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável em comunidades locais na Amazônia (por

exemplo, a região de Madre de Dios, no sudeste do Peru), nas florestas de Machu Picchu e no mar tropical de Cabo Blanco.

Atualmente é também por meio da ONG Inkaterra Association (ITA) que muitos projetos de desenvolvimento sustentável são realizados. Entre eles, pode-se citar a criação da primeira reserva ecológica do Peru para fins de turismo, uma área de 15.000 ha de floresta primária em Tambopata, a manutenção da maior coleção de orquídeas nativas do mundo, com 372 espécies, a criação do Centro de Resgate do Urso Andino e a proposta técnica para justificar a criação da primeira reserva marinha do Peru, em Cabo Blanco.

Incentivos financeiros e inclusão de populações tradicionais

O envolvimento coordenado e integrado do setor público em políticas elaboradas para regulamentar o turismo relacionado à biodiversidade não exclui a necessidade da participação ativa do setor privado.

As organizações com fins lucrativos responsáveis por atingir mercados e influenciar consumidores normalmente compõem o rol de instituições que atuam com turismo ao redor do mundo. Elas provocam impacto relevante em comunidades, gerando emprego e construindo cadeias de negócios, em relações que podem beneficiar ou prejudicar os recursos naturais, dependendo de como as governanças se colocam frente aos desafios relacionados à biodiversidade.

Quando se comprometem com o meio ambiente, são positivas, mas podem ser prejudiciais ao se esquivarem dessa postura. Dada a importância da influência que exercem, é essencial pensar na articulação em parceria para fortalecer a execução de ações bem-sucedidas que aliam turismo e conservação.

Nesse contexto, acordos que estimulem incentivos econômicos, também para as pequenas e médias empresas, devem fazer parte das articulações, uma vez que a falta de recursos financeiros é capaz de interferir no direcionamento da gestão empresarial dessas organizações, dificultando a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis.

A CDB também recomenda em seu Manual o engajamento das populações tradicionais, como os indígenas, na elaboração desses arranjos. E não apenas incluindo-as, mas também capacitando-as a exercerem direitos e responsabilidades no processo.

As áreas protegidas, incluindo reservas particulares ou aquelas onde se aplique gestão público-privada, também devem estar incluídas ao se pensar na inserção da participação ativa dessas comunidades.

Recomenda-se buscar o apoio técnico internacional, nacional ou local, como também de organismos de conservação, associações de turismo e câmaras de comércio, organizações não governamentais envolvidas com desenvolvimento sustentável local, bem como trabalhar com autoridades locais das comunidades e instituições envolvidas com educação e capacitação na formulação desses compromissos.

Em suma, a orientação é para que contratos sejam estabelecidos mediante ações colaborativas e processos participativos, envolvendo as múltiplas partes interessadas em uma abordagem equitativa e inclusiva. Tal construção torna-se ainda mais importante para tratar das questões de turismo e biodiversidade de âmbito local. CDBÉ fundamental que organizações locais ajam proativamente conforme as orientações propostas no Manual.

Fonte e Coleta de Informações para o planejamento do turismo

Dados coletados servem como subsídios à elaboração de planos locais para o turismo que levem plenamente em conta a biodiversidade, o estabelecimento de metas realistas e diversos aspectos de gestão.

Tendo essas linhas de base informacionais como referência, a orientação do Manual da CDB aponta quatro dimensões (e uma série de fatores relacionados a cada uma), elencando possíveis impactos do turismo sobre a biodiversidade. São elas: situação da biodiversidade local; oferta e demanda, desempenho e perspectivas do turismo; dados socioculturais e econômicos, dados administrativos e de gestão.

O cruzamento e análise de dados divididos nessas dimensões são capazes de oferecer um retrato do ponto de partida e indicar os rumos para os quais se deseja direcionar processos, metas, planos e arranjos.

Segundo o Manual, as informações também podem ser coletadas com a ajuda dos próprios visitantes dos parques ou guias de turismo, autoridades de meio ambiente locais e internacionais, organizações não governamentais, empresas do setor turístico e publicações que podem ser acessadas pela internet. Um exemplo é a plataforma IBAT – Integrated Biodiversity Assessment Tools, que traz dados globais sobre limites de áreas protegidas, habitats, entre outros, tendo como único requisito para o seu uso a ausência de finalidades lucrativas.

Munidos dos dados, o passo seguinte é produzir os planos de ação. É importante ressaltar que esses planos de ação terão resultados mais efetivos se considerarem áreas vulneráveis e *hotspots* e estarem alinhados aos planos e políticas nacionais.

As Diretrizes da CDB propõem que esses documentos sejam elaborados em processos participativos, que integrem outros parâmetros ambientais e meios de governança.

Nesse contexto, defendem também que seja incluída a gestão do uso da terra, das áreas mais prejudicadas e das áreas costeiras, entre outros fatores pertinentes e de interligação entre a proteção local e global.

Um modelo que vem sendo muito utilizado é o que destaca o impacto futuro sobre o ambiente e as comunidades locais, considerando a precaução como princípio.

Esses compromissos devem, obrigatoriamente, segundo a visão da CDB, conter uma visão de longo prazo, ou seja, uma declaração de intenções futuras, associada a objetivos que forneçam um conjunto de prioridades com metas a alcançar.

Para isso, os objetivos devem ser específicos, mensuráveis, realizáveis, orientados para resultados e com prazos definidos.

Assim, espera-se que esses planos guiem o futuro, embasem decisões e projetos a serem elaborados, além de identificarem restrições e oportunidades para o turismo, bem como a compatibilidade com o meio ambiente local, sem deixar de considerar circunstâncias sociais e econômicas.

Planos bem-sucedidos e transparentes são capazes, ainda, de indicar locais e intensidade de fluxo mais adequados para o turismo, além de ações de mitigação de impactos ambientais.

Regulamentações e instrumentos de incentivo à conservação

A partir do processo de criação dos planos, serão definidos as regulamentações e os padrões a serem aplicados durante o funcionamento da operação turística.

Controle e gestão de resíduos e efluentes são importantes para diminuir os impactos sobre o habitat, por exemplo. Regulamentar aspectos relacionados à visitação também é essencial.

Entretanto, é sabido que colocar em prática instrumentos de regulamentação é um desafio que pode ser prejudicado em alguns momentos por falta de compromisso, influências externas ou capacidade insuficiente para fiscalização. Isso destaca a necessidade de monitoramento constante, seja para assegurar a utilização desses instrumentos com um mínimo de adequação padrão, seja para detectar possíveis melhorias que possam torná-los mais adaptados à realidade local. Além disso, as orientações exigem que esses instrumentos sejam transparentes para as partes envolvidas.

Ordenamento do território em Seicheles

As Seicheles compõem um arquipélago de 115 ilhas no Oceano Índico, na região de Madagascar, na África. O país é tido como líder mundial em turismo sustentável.

Tem experimentado um crescimento considerável do turismo, o que levou à necessidade de um ordenamento mais detalhado e robusto do território.

Para tanto, além de uma avaliação do contexto de desenvolvimento, inclusive do turismo, informações detalhadas foram reunidas sobre a biodiversidade, posse da terra e interesses comunitários por meio de uma série de consultas individuais e de *workshops* locais. O resultado foi uma série de planos baseados em mapas, com identificação de zonas e sítios para diferentes usos, incluindo diferentes tipos e intensidades de atividade turística.

Existem ainda instrumentos de adesão voluntária, criados para complementar essas regulamentações. São normas com o objetivo de minimizar impactos ambientais que possam surgir em decorrência da atividade turística, sendo úteis em ações mais específicas, como iniciativas com

espécies exóticas invasoras, por exemplo (questão que, em geral, fica em segundo plano se comparada às ações para conservação ou para interromper a degradação).

Um exemplo é o trabalho da IUCN sobre a localização e o projeto de hotéis. Como complemento, normas dessa natureza podem ser apoiadas por processos de certificação.

Ainda que a quantidade de empresas certificadas no setor seja baixa, já existem ações planejadas para incentivar essa prática. Elas variam desde incentivos financeiros à introdução de práticas de responsabilidade social corporativa para empresas de turismo, passando por promoções para consumidores e engajamento por meio de mídias sociais.

Outra forma de reconhecer as boas práticas em sustentabilidade de empresas ou iniciativas de turismo são os programas de premiação (a maioria deles está associada a organizações internacionais ou feiras de turismo).

Instrumentos econômicos usados como incentivo para gerar receitas para uma determinada atividade ou para desencorajar investimentos prejudiciais ao meio ambiente através de taxas de impacto, também são elementos que compõem esse cenário.

Incentivos diretos, como a concessão de crédito para o desenvolvimento de tecnologias benéficas, tais como a implantação de sistemas de baixo consumo de energia ou de infraestrutura para a gestão do impacto de visitantes, representam boas opções de reconhecimento e estímulo.

Paralelamente, o apoio à conservação da biodiversidade tem se manifestado de maneira relevante sob a forma de concessões, nas quais uma empresa privada recebe o direito de operar em áreas protegidas.

Transparência

A CDB orienta proponentes de projetos de turismo que notifiquem previamente todas as partes interessadas e/ou afetadas, mantendo o diálogo com esses *stakeholders* para, assim, desenvolver propostas mais adequadas, economizando tempo e garantindo eficiência na execução.

Previamente à implantação dos projetos, é necessário realizar um Estudo de Impactos Ambientais, que busca garantir que os impactos das propostas de projetos e empreendimentos sejam plenamente investigados, compreendidos e levados em conta antes que se decida se esses empreendimentos devem prosseguir. É de extrema importância que este processo seja transparente e compreensível, concedendo tempo suficiente para consulta, envolvimento e contribuições de todas as partes interessadas. Novamente, especial atenção deve ser dada a comunidades locais e povos indígenas.

Na maioria dos países, apenas empreendimentos de grande escala estão sujeitos à avaliação de impactos ambientais. Isso depende do tipo de projeto e da vulnerabilidade dos ecossistemas locais.

A CDB também recomenda atenção especial a fatores como impactos indiretos e a equalização entre os custos fixos dos projetos e a volatilidade do mercado de turismo, de maneira a prevenir e evitar problemas para a perenidade dos empreendimentos. São ainda recomendadas pelo Manual a realização de consultas públicas e a notificação dos resultados.

Iniciativas de gestão para apoiar a biodiversidade por meio do turismo

O Manual apresenta uma série de ações pertinentes para gestão de projetos capazes de garantir a sustentabilidade das iniciativas. Destaca-se a identificação de diferentes atores (como ONGs, proprietários de terras, governo local e outras empresas) para a busca de apoio financeiro e político para a conservação.

O envolvimento com e entre empresas de turismo para promover e realizar ações de manejo e conservação pode assumir várias formas.

Alguns exemplos incluem encorajar e apoiar os gestores das empresas na criação e implantação de iniciativas voltadas para a conservação. Igualmente relevante é o estímulo para que os colaboradores atuem em prol da conservação da biodiversidade em suas próprias comunidades.

Também é possível a criação de oportunidades para as empresas de turismo patrocinarem a conservação local e o incentivo a programas de voluntariado que permitam a participação voluntária de turistas em trabalhos práticos de conservação ("voluntourism").

Como mencionado anteriormente, a comunidade local não deve ser desconsiderada na formulação de ações para a gestão das operações. Sobretudo em atividades feitas com base nas experiências de observação da vida selvagem e contato com a natureza, que preconizam a necessidade de conhecimento apurado sobre o ambiente em que será realizada. Ao mesmo tempo, incluir a população do entorno fortalecerá a consciência sobre a relação entre seus meios de subsistência e a conservação.

Outro ponto fundamental é o monitoramento adequado de medidas administrativas, resultados e impactos, distinguindo a natureza de cada uma dessas três categorias. A mudança nos graus de ameaça à biodiversidade, o volume de rendimento e empregos locais gerados pela atividade turística sustentável são alguns dos vários tópicos que compõem o rol de sugestões relevantes sobre o que precisa ser monitorado de acordo com o Manual.

Ainda segundo o Manual, é melhor trabalhar com um pequeno número de indicadores que funcionem bem do que com um número maior mas que seja difícil de monitorar.

O monitoramento deve ser um processo contínuo, com no mínimo um relatório por ano sobre os principais indicadores e sempre com os resultados sendo disponibilizados ao público em geral.

As Diretrizes defendem uma gestão adaptável, ou seja, uma administração que tenha flexibilidade suficiente para rever e alterar rapidamente ações de gestão em face de mudanças, sejam elas resultado dos processos de monitoramento ou de eventos imprevisíveis, como desastres naturais ou ameaças à segurança. As Diretrizes reforçam a necessidade de diálogos contínuos entre os gestores de turismo e os gestores da biodiversidade, garantindo a cooperação e a resposta rápida para prevenir ou conter ameaças ao meio ambiente.

Sensibilização e Capacitação

As orientações do Manual apontam para o poder da comunicação em conscientizar a sociedade sobre as inter-relações entre a biodiversidade e o turismo. Seja por meio de campanhas educativas

e de sensibilização a respeito dos impactos do turismo sobre a biodiversidade, de boas práticas ou da relação com o patrimônio cultural, divulgar as ações é essencial para ganhar escala e fortalecê-las na comunidade local, entre os turistas e a sociedade como um todo.

Para isso, diversos canais podem ser usados: escritores e guias de viagem, operadoras de viagem locais e internacionais, mídias sociais, incluindo blogs de viagem, Facebook e Twitter. Instituições acadêmicas, técnicas e de pesquisa também devem ser consideradas, pois atingem indivíduos que já são ou que serão tomadores de decisão.

Ao lado da conscientização está a capacitação. Uma forma de gerar e transferir conhecimento é, por exemplo, o intercâmbio via sistemas on-line de aprendizagem, plataformas compartilhadas de dados e desenvolvimento de sistemas globais que destaquem as áreas nas quais a biodiversidade está mais vulnerável.

Relatórios e Aplicação das Orientações

A CDB incentiva que o processo – sistemático – de elaboração de relatórios sobre as iniciativas envolvendo turismo e biodiversidade seja estruturado em torno dos seguintes tópicos-chave:

- Reconhecimento da importância da biodiversidade nas políticas de turismo e vice-versa;
- Coordenação efetiva entre ministérios e agências governamentais responsáveis pelo turismo, meio ambiente, planejamento e financiamento de empreendimentos sustentáveis;
- Engajamento das comunidades locais e povos indígenas;
- Existência de planos locais para o turismo que reflitam questões relativas à biodiversidade;
- Exigências de estudos de impacto dos projetos turísticos, com especificações para se determinar os impactos à biodiversidade;
- Exigência e cumprimento de legislação e regulamentação pertinentes;
- Uso de outras medidas de controle/gestão, incluindo instrumentos voluntários e econômicos;
- Estratégia do setor de turismo para apoiar meios de subsistência sustentáveis e conservação da biodiversidade locais;
- Monitoramento regular dos impactos do turismo sobre a biodiversidade;
- Disponibilidade de competências de gestão suficientes e capacidade para realizar estudos de impacto, além de outros recursos para abordar questões e oportunidades ligadas ao turismo e à biodiversidade.

Monitoramento dos impactos no Yosemite National Park

- É realizado um Programa de Monitoramento de Visitação e de Impactos induzidos pelo homem sobre os recursos naturais e culturais e sobre a experiência dos visitantes.
- Um processo transparente e rigoroso envolvendo uma grande variedade de interessados foi usado para selecionar e implementar indicadores e estabelecer padrões de monitoramento.
- Todos os aspectos dos métodos de amostragem de campo e protocolos analíticos associados com o Programa são orientados por um Guia de Monitoramento de Campo atualizado.
- Anualmente relatórios são produzidos e disponibilizados ao público pela internet.

Principais Mensagens e Conclusões

As Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo, adotadas em 2004, continuam a oferecer uma base para o ordenamento do território e a avaliação de projetos turísticos em ecossistemas vulneráveis.

A intenção é que este Manual auxilie tomadores de decisão na aplicação das Diretrizes. Suas principais mensagens e conclusões são:

1 - Uma abordagem que inclua todas as partes interessadas no planejamento e gestão do turismo sustentável é fundamental para a obtenção de bons resultados;

2 - A coleta de informações é um elemento fundamental para o planejamento, fornecendo uma base para a avaliação dos impactos, o estabelecimento de metas realistas e a seleção de indicadores para o monitoramento;

3 - O planejamento do turismo requer estratégias coordenadas entre as autoridades locais, estaduais e nacionais. Os objetivos a serem atingidos devem ser específicos, mensuráveis, factíveis e com prazos definidos e claros. Os principais resultados de um processo de planejamento incluem a articulação da visão e das metas, a determinação dos tipos de turismo a serem apoiados, bem como formas e meios para abordar os impactos causados sobre a biodiversidade pelos empreendimentos planejados;

4 - Uma variedade de ferramentas pode ser usada para controlar e atenuar os impactos do turismo sobre a biodiversidade. Podem ser adotadas regulamentações, como padrões mínimos para construção/desativação, padrões operacionais e medidas para controlar o movimento e a atividade dos visitantes. Ferramentas voluntárias também podem ser implementadas, tais como normas para produtos e destinos, sistemas de certificação e até o reconhecimento de melhores práticas, por meio de premiações. Instrumentos econômicos também podem contribuir, seja com sanções para

desencorajar investimentos e atividades prejudiciais ao meio ambiente, seja com incentivos como empréstimos e grandes doações para o turismo sustentável;

5 - Os proponentes de novos projetos devem ser obrigados a fornecer informações prévias, completas e em tempo oportuno para todas as partes interessadas nas áreas envolvidas;

6 - Estudos de impacto devem dar especial atenção aos povos indígenas e às comunidades locais, à volatilidade do mercado, evitando que afete as receitas locais, bem como a impactos cumulativos de sucessivos projetos no local e à aplicação da abordagem ecossistêmica a uma paisagem mais abrangente;

7 – Há uma variedade de abordagens e iniciativas de gestão que foram testadas à exaustão para aumentar os benefícios à biodiversidade a partir do turismo. As Partes e os parceiros são encorajados a identificar os métodos mais adequados às suas necessidades e adaptá-las às suas realidades;

8 - A gestão deve ser adaptável, ou seja, ter flexibilidade para ser capaz de responder às incertezas. O monitoramento e a elaboração de relatórios devem acontecer a partir de um processo participativo contínuo e com uso de indicadores, além de focar em resultados, produtos e impactos.

9 - Agentes de certificação, ONGs, instituições de ensino e outras entidades podem oferecer capacitação, e em parceria com a mídia, promover a conscientização sobre o turismo sustentável junto a consumidores, comunidades locais, governo, empresas e órgãos educacionais. Treinamento e mobilização de recursos podem ajudar a capacitar governos, autoridades de áreas protegidas e outras partes interessadas;

10 – Relatórios enviados regularmente de forma voluntária ao Secretariado da CDB, sobre melhores práticas, são importantes para incentivar a cooperação e facilitar a combinação entre ofertas e demandas técnicas e científicas.

ⁱ ***Nota:** A publicação pode ser reproduzida para fins educacionais ou não comerciais sem permissão especial dos detentores dos direitos autorais, desde que a citação da fonte seja feita. O Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica apreciaria receber uma cópia de qualquer publicação que utilize o documento como fonte.

